

REQUERIMENTO Nº /2011
(do Sr. Jovair Arantes)

Requer o desarquivamento de
proposições.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno, o desarquivamento das proposições de minha autoria, relacionadas anexa, retornando, nesta 54ª Legislatura, a tramitação desde o estágio em que se encontravam.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2011.

JOVAIR ARANTES
Deputado Federal - PTB/GO

REQUERIMENTO Nº /2011
(do Sr. Jovair Arantes)

ANEXO.

Proposição	Ementa
PL 8042/2010	Dispõe sobre a autoria do crime de abandono intelectual. Explicação: Estende a auoria do crime de abandono intelectual a todos aqueles que tenham crianças ou adolescentes sob guarda ou tutela e que sem justa cuasa deixam de prover sua instrução. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.
PL 7637/2010	Acrescenta o art.41-A à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1990, para estabelecer que para a composição de seleção de qualquer modalidade desportiva de rendimento, que represente o Brasil no País ou no exterior, serão convocados, na proporção de noventa por cento, atletas em atuação profissional no País durante o período de, no mínimo, seis meses anteriores à convocação.
PL 6273/2009	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir a jornada de trabalho da gestante a partir do sétimo mês de gravidez.
PL 5590/2009	Dispõe compensações financeiras aos Municípios pelas desonerações fiscais concedidas pela União.
PL 5501/2009	Acresce artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a retenção dolosa de salários. Aplica a Constituição Federal de 1988.
PL 5389/2009	Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, vedando a cobrança de taxa pela realização de prova ou atividade de avaliação de aprendizagem em segunda chamada.
PL 5388/2009	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar o aviso prévio de cento e vinte dias imprescindível à interrupção dos serviços de telefonia, fornecimento de água e de energia elétrica por inadimplemento do usuário, e para proibir expressamente a interrupção dos mesmos serviços quando oferecidos a consumidor que preste serviço público ou essencial à população. Explicação: Revoga dispositivo da Lei

	nº 9.427, de 1996 - Lei da Aneel.
PL 3718/2008	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização de exames psicológicos nos integrantes da polícia e de cursos de reciclagem.
PL 3274/2008	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crime doloso de trânsito. Explicação: Torna inafiançáveis a participação de disputa em via pública, utilizando veículo automotor (pega ou racha), além de dirigir sob efeito de bebida alcoólica ou substância entorpecente ou análoga.
PL 3172/2008	Proíbe os estabelecimentos comerciais de fornecerem sacolas plásticas aos clientes para o acondicionamento de produtos vendidos.
PL 2847/2008	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação e regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada. Explicação: Concede abono de um salário mínimo ao responsável pelo beneficiário de prestação continuada de um salário mínimo.
PL 1220/2007	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.
PL 325/2007	Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Educação Alimentar na grade escolar do ensino fundamental e médio, sendo obrigatória em toda rede de ensino do país.
PL 7321/2006	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Historiador
PL 6026/2005	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para ampliar a concessão do benefício de prestação continuada ao idoso e à pessoa portadora de deficiência. Explicação: Estendendo o benefício de prestação continuada ao portador de epilepsia e reduzindo a idade do idoso beneficiário para 65 (sessenta e cinco) anos.
PL 3207/2004	Disciplina o serviço de vigilância de quarteirão e dá outras providências
PL 3206/2004	Acrescenta o art. 78-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado a instalar, junto ao aparelho telefônico do assinante, um medidor de pulsos utilizados.
PL 7414/2002	Dispõe sobre o trabalho escolar de estudantes de nível superior que participem periodicamente de competições desportivas ou exerçam atividades artísticas itinerantes.
PL 3066/2000	Regulamenta a profissão de caminhoneiro.

PL 1781/1999	Dispõe sobre o cancelamento das sanções administrativas que discrimina, aplicadas a servidores públicos, e dá outras providências, Penalidades aplicadas em decorrência da participação efetiva em movimento reivindicatório, entre 05 de outubro de 1988 e a data da publicação desta lei.
PL 2920/1997	Garante ao empregado cinquenta por cento do lucro líquido resultante da comercialização de invenções decorrentes de sua contribuição pessoal.
PL 2644/1996	Dispõe sobre a elaboração, o arquivamento e o uso de documentos eletrônicos.
PL 2604/1996	Institui incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, inclusive ambulâncias, e de materiais de construção destinados a instituições públicas ou entidades privadas de assistência à saúde, sem fins lucrativos.
PL 2191/1996	Dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas nos meios de comunicação social.
PFC 119/2010	Propõe que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realize ato de fiscalização sobre a gestão dos contratos de concessões de áreas públicas em aeroportos brasileiros pela Infraero, durante o período de 2006 a 2010.
PLP 112/2007	Altera o art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências, com fins de equiparar a sociedade de fomento mercantil à instituição financeira. Alteração, Lei da Reforma Bancária, equiparação, empresa, factoring, operação mercantil, instituição financeira, definição, competência, penalidade, infrator.
PEC 221/2008	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art.17 da Constituição Federal para determinar a índole política, eleitoral e programática do caráter nacional dos partidos políticos, bem como para limitar a responsabilidade dos órgãos partidários ao seu âmbito específico de atuação.
PEC 220/2008	Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º e ao § 2º do art. 46 e ao art. 82 da Constituição Federal para determinar a simultaneidade das eleições, a proibição da reeleição dos Chefes de Poder Executivo e a duração de seis anos para os mandatos eletivos dos membros do Poder Legislativo e Chefes do Poder Executivo no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
PEC 516/2006	Dá nova redação ao inciso XLVI, do art. 5º da Constituição Federal do Brasil. Alteração, Constituição Federal, Direitos e Garantias Fundamentais, individualização da pena, prestação de serviço, trabalho, condenado, preso, estabelecimento penal, presídio.

PEC 189/2003	Obriga os graduados em estabelecimentos oficiais de educação superior à prestação de serviços ao Estado, pelo prazo de um ano, após a conclusão do curso; altera a Constituição Federal de 1988.
PEC 71/1995	Dá nova redação ao art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal. Proíbe a fixação de qualquer contribuição compulsória dos não filiados à associação, sindicato ou entidade sindical. Altera a Constituição Federal de 1988.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2011.

JOVAIR ARANTES
Deputado Federal - PTB/GO